O BANCO MUNDIAL E A (CONTRA) REFORMA ADMINISTRATIVA

Alessandra Ribeiro de Souza[1]

RESUMO
Historicamente o Banco Mundial tem orientado a implementação de programas de "ajuste" fiscal no Brasil que tem tido por consequência o desmonte das politicas sociais e a precarização do trabalho. O presente artigo busca evidenciar a sinergia entre as orientações expressas nos documentos do Banco e as "reformas" que desmontaram os direitos dos servidores públicos desde a Constituição Federal dando atenção especial à atual Reforma Administrativa. A pesquisa de analise documental explicita a total incorporação das indicações da agenda liberal pelo governo brasileiro e indica a importância de fortalecer a resistência dos trabalhadores do setor público a submissão brasileira ao imperialismo.

Banco Mundial; Reforma Administrativa; Servidores Públicos

Palavras-chave: Banco Mundial; Reforma Administrativa; Servidores Públicos

Historically, the World Bank has guided the implementation of fiscal "adjustment" programs in Brazil, which has resulted in the dismantling of social policies and the precariousness of work. This article seeks to highlight the synergy between the guidelines expressed in the Bank's documents and the "reforms" that dismantled the rights of public servants since the Federal Constitution, giving special attention to the current Administrative Reform. The document analysis research explains the total incorporation of the indications of the liberal agenda by the Brazilian government and indicates the importance of strengthening the resistance of public sector workers to Brazilian submission to imperialism.

Keywords: World Bank; Administrative Reform; public servants.

1 INTRODUÇÃO

O texto deve começar com a INTRODUÇÃO, numerada, na qual devem constar a problematização do tema, os objetivos e a perspectiva teórico-

[1] Universidade Federal de Ouro Preto ; Mestre; alessandra.rsouz@gmail.com

metodológica do trabalho. Na sequência, deve conter os itens próprios do “corpo do trabalho”. Finaliza com a CONCLUSÃO, numerada, seguida das REFERÊNCIAS, sem numeração.

Um espaço de 1,5 cm deverá ser utilizado entre os títulos das seções e o texto subsequente, da mesma forma que entre o texto e um novo título de seção.

1- INTRODUÇÂO

O Banco Mundial historicamente tem se forjado como um banco do conhecimento cujas elaborações tem sido tomadas pelos sucessivos governos brasileiros como sua agenda de incorporação à ordem capitalista mundializada.

Fundamentado metodologicamente na análise de revisão documental, o presente artigo apresenta uma primeira sessão dedicada a recuperar aspectos importantes da formação histórica do Banco Mundial. Na segunda sessão, objetivamos evidenciar como historicamente as medidas de ofensiva contra ao trabalho no setor público implementadas pelos governos do período da redemocratização possuem profunda sinergia com as orientações expressas em diversos documentos do Banco Mundial e, por fim, nos dedicamos a análise das proposições inscritas nos documentos recentes e a Proposta de Emenda a Constituição (PEC 32/2020).

A análise dos documentos direcionados ao Brasil explicitam o processo histórico de desmontes que culmina na atual contrarreforma administrativa que tem objetivado integrar o Brasil na ordem capitalista mundializada e efetivar o “ajuste” fiscal.

1- BREVES NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO DO BANCO MUNDIAL

No Fim da Segunda Guerra Mundial, as potências imperialistas do Norte se viram incapacitadas de manter, da forma como até então mantinham, seus territórios coloniais. Foi nessa conjuntura também que os Estados Unidos emergiram como país hegemônico e teve início uma nova forma de colonialismo, pautada principalmente no espraiamento de seu potencial bélico legitimado pela Guerra Fria, pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e outros tratados regionais. Ressalta-se ainda que os Estados Unidos saíram da Segunda Guerra como a maior economia mundial e convictos de que era fundamental a recuperação das economias europeias, tanto para a sua própria consolidação enquanto império econômico como para evitar o avanço do comunismo.

Os países europeus, com seus territórios devastados pelas guerras, demandavam recursos para sua reestruturação e, nesse sentido, os EUA se colocaram como uma fonte de empréstimos na busca de uma cooperação mútua. Foi nessa conjuntura, a partir dos esforços empreendidos pelos países vencedores, que foi estabelecido um arcabouço institucional multilateral, que objetivava assegurar a estabilidade social e econômico-financeira no pós-guerra e garantir um comércio internacional sem fronteiras.

As propostas e negociações em torno do desenho de uma nova ordem econômica mundial, visando reconstruir o capitalismo ocorreram entre 1941 e 1944, em um processo de articulação entre os Estados Unidos e a Inglaterra, mas que também envolveu a União Soviética e outros países, que negociavam individualmente com Washington. O desenho dessa nova ordem culminou nos acordos da Conferência de Bretton Woods em 1944.

Tais acordos determinaram a adoção de um sistema de taxas de câmbio atrelada ao ouro físico, “o padrão ouro” em um sistema administrado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O dólar americano foi estabelecido implicitamente como moeda reserva diante das reservas de ouro detidas pelos EUA. Tratava-se do novo regime de taxa cambial que ficou conhecido como “sistema de Bretton Woods” – um

sistema de taxas de câmbio fixas, com o dólar no centro (VAROUFAKIS, 2016, p.92-93).

Em relação ao BIRD, de acordo com Pereira (2010), foi estabelecido que o Banco não competiria com os bancos comerciais e que seu papel seria subsidiário em relação ao capital privado, orientando-se para projetos em que os bancos comerciais não estivessem interessados (PEREIRA, 2010, p.101).

Pereira (2010) explicita que a ênfase no "capital produtivo", inscrita nos estatutos do Banco, respondia a uma dupla injunção. A primeira referia-se à própria dinâmica da acumulação capitalista, que naquele momento e no quarto de século que se seguiu se centrava na esfera produtiva; e a segunda relacionada ao pensamento convencional da época, segundo o qual o crescimento econômico demandaria a eliminação de obstáculos e/ou a constituição de condições para o aumento da produtividade média, sob a forma de grandes inversões em capital físico (PEREIRA, 2010, p.106).

Atualmente, de acordo com Pereira (2021) o Banco Mundial realiza fundamentalmente quatro tipos de atividade: *a)* empréstimos e créditos para projetos e políticas; *b)* aconselhamento, assistência técnica e advocacia em favor de determinada agenda de políticas; *c)* pesquisa econômica especializada em todas as áreas do desenvolvimento; *d)* mobilização e articulação de agentes públicos e privados para iniciativas multilaterais globais.

Ainda que os empréstimos e créditos para projetos constituam uma importante atividade desenvolvida pelo Banco, é reconhecido o empenho ao longo de sua história em se forjar como um "Banco do Conhecimento" que, através dos dados e pesquisas que mobiliza, apresenta uma agenda politica e econômica sob uma aparente neutralidade (Pereira, 2021) utilizada para justificar e subsidiar as contrarreformas implementadas por diversos governos. A seguir buscaremos discutir a histórica relação do Banco e a ofensiva contra os trabalhadores do setor público brasileiro.

2- O BANCO MUNDIAL E A OFENSIVA SOBRE O TRABALHO NO SETOR PÚBLICO: UMA ANÁLISE DO PERCURSO BRASILEIRO

Em 1991 o Banco lançou o documento "Brasil Uma agenda para Estabilização", que, de acordo com o organismo, era semelhante ao conjunto de propostas do programa lançado por Collor logo no início de sua gestão e intitulado "Plano Brasil Novo" (WORLD BANK, 1991, p. 2). O documento indicava que diante de uma gestão pública "fraca" havia espaço para aceitação da privatização no Brasil. O relatório cita a introdução da estrutura legal para privatização em 1985 e modificada em 1988, mas ressalta que houve pouca privatização efetiva desde então.

Á partir do Plano Collor foram estabelecidas as bases para a privatização através do Programa Nacional de Desestatização (Lei n.º 8.031, de 1990). As privatizações, inclusive, se concentraram nas áreas indicadas pelo Banco, ou seja, siderurgia, petroquímica e fertilizantes. Ainda que o início da década de 1990 tenha sido marcado pelo processo de impedimento de Collor, primeiro presidente eleito pelo voto direto, houve espaço para o avanço da agenda neoliberal iniciado neste governo e ampliado no governo de seu sucessor Itamar Franco com a implementação do Plano Real.

Á partir de 1995 assumiu o governo federal Fernando Henrique Cardoso caracterizado pelo Banco como mais "reformista". O período FHC foi marcado pela grande aproximação entre os planos de governo e medidas adotadas com as formulações do Banco. Em 1995 o Banco lançou o primeiro documento de estratégia de assistência ao país[2] direcionado ao Brasil. A análise desenvolvida pelo Banco sobre o país indicava o que ele chamava de pontos fundamentais para a Reforma estrutural da Constituição Federal de 1988. Além da indicação de "reformar" a politica previdenciária, o documento também indicava como "alvos" a estabilidade

[2] As formulações de Estratégia de Assistência a um País (EAP) constituem o documento nacional mais importante do Banco Mundial. Atualmente, a formulação das EAP's é precedido da elaboração do chamado Diagnóstico Sistemático.

dos funcionários públicos e a garantia de que o salário mínimo seria preservado da erosão da inflação.

Também em 1995 o Banco lançou o relatório do Desenvolvimento Mundial intitulado “Trabalhadores em um mundo integrado” que apresentava sua perspectiva totalmente alinhada ao ataque ao trabalho que ganhava fôlego desde 1970. O Banco, através do relatório, tecia críticas aos servidores públicos que teriam grande possibilidade de se inclinar à corrupção para manter ganhos salariais (pag. 92), defendia a desregulamentação do trabalho (pag. 90), atacava a organização sindical considerada monopolista (pag.104) e propunha seu tradicional pacote de “reformas” com uma ampla revisão da legislação trabalhista.

De acordo com o Banco severos choques na economia poderiam criar oportunidades para alguns trabalhadores e ter efeitos dolorosos em outros. As transformações propostas seguiriam padrões diversos em diferentes países, mas sempre envolvendo uma aceleração acentuada na destruição de empregos inviáveis e na criação de novos. O documento ressalta ainda que esse processo é quase sempre acompanhado de declínio macroeconômico, exigindo redução da demanda por trabalho e queda dos salários reais. Movimentar a economia o mais rápido possível para o novo caminho de crescimento seria a chave para limitar as perdas de bem-estar, enquanto desistir no meio do caminho atingiria mais duramente os trabalhadores pobres (WORLD BANK, 1995, p.108).

O documento explicitava as consequências negativas para os trabalhadores principalmente os mais pobres, ainda assim, o governo FHC na década de 1990 seguiu firmemente suas indicações implementando ao longo de seus dois mandatos o maior programa de privatizações do mundo, as “reformas” administrativa e da previdência e a Lei de Responsabilidade Fiscal que representaram os maiores ataques ao trabalho no setor público.

Sobre o processo de privatização no primeiro mandato de FHC, a despeito do anunciado pelo governo, acabou por representar um prejuízo aos cofres públicos. De acordo com Biondi (2003), é importante resgatar que o governo aceitou moedas

podres na compra dessas empresas, ou seja, títulos antigos emitidos pelo governo e que podiam ser comprados por até 50% do seu valor (BIONDI, 2003a, p.18). Em um curto espaço de tempo antes das privatizações, o governo realizou investimentos nas empresas, criando as condições para um aumento de lucros falsamente atribuídos a uma eficiência da gestão privada. Além dos investimentos prévios, o governo assumiu os encargos trabalhistas de demissões realizadas às vésperas dos leilões, custo esse que deveria ser assumido pelas compradoras e assumiu também os custos relacionados aos fundos de aposentadoria dos trabalhadores ligados às empresas vendidas (BIONDI, 2003a).

Ao assumir os custos trabalhistas, o governo utilizou o fundo público no custeio das privatizações, oferecendo vantagens aos compradores e prejuízos à população brasileira. Além disso, as privatizações eliminaram centenas de postos de trabalho no setor público o que tem por consequência direta a conformação de um mercado de trabalho mais fragilizado e deterioração da qualidade dos serviços prestados a população em geral.

A “reforma” administrativa de FHC foi elaborada por Bresser Pereira e inscrita no Plano Diretor da Reforma do Estado. Os principais desmontes que incidiram sobre o trabalho no setor público decorrentes do PDRE residiam na criação da propriedade pública não estatal a ser implementada nas chamadas áreas não exclusivas do Estado; na criação de agências autônomas atribuindo ao Estado a função de regulador e não executor de serviços; e na instituição do mecanismo de demissão por excesso de pessoal. Cabe ressaltar que essas medidas estão indicadas em vários documentos do Banco

Em 1999, diante do cenário de déficit fiscal, juros altos e câmbio irrealista, o governo se viu obrigado a abrir mão do câmbio sobrevalorizado que constituía o fetiche da eficiência do Plano Real. A intensificação do ajuste fiscal a partir do acordo com o FMI teve como um de seus pilares a Lei Complementar 101/2000 ou Lei da Responsabilidade Fiscal, que tinha por finalidade real garantir o superávit primário, uma das exigências do acordo, e a transformação do Fundo de Estabilização Fiscal de 1996 na Desvinculação de Receitas da União (DRU).

De acordo com Salvador (2010), a LRF objetivava limitar as despesas não financeiras do orçamento e priorizar o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida, e, para tanto, introduziu mudanças nas peças orçamentarias da União, estados, Distrito Federal e municípios. A Lei de Diretrizes Orçamentárias passou a ter um Anexo de Metas Fiscais, no qual são estabelecidas as metas anuais relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida, definidos para os dois anos seguintes. O anexo também passou a incluir a avaliação financeira e atuarial do Regime Geral de Previdência e do Regime Próprio dos servidores públicos e a previsão da avaliação bimestral do cumprimento das metas estabelecidas. Caso as metas não fossem alcançadas nas avaliações, era determinado o ajuste nas despesas.

FHC também foi o responsável pela primeira contrarreforma da previdência social em 1998, efetivada através da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 20, que instituiu a exigência de uma idade mínima para a aposentadoria de 55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens (até então a aposentadoria valia para quem contribuísse por 25 a 30 anos, no caso das mulheres; e 30 a 35 anos, no caso dos homens, mas sem limite mínimo de idade). A contrarreforma também criou o Fator Previdenciário na Emenda Constitucional, além de uma regra de transição para aqueles já contribuintes do sistema antes da aprovação da PEC. FHC também instituiu a Lei Complementar nº 109, em 2001, que no Capítulo III define o que são as Entidades Fechadas de Previdência Complementar.Ainda que FHC tivesse o objetivo de contrarreformar a previdência dos servidores públicos, diante de sua evidente falta de apoio politico para uma aprovação, esse ponto da agenda neoliberal ficou para o próximo governo federal.

Ao longo de seu governo FHC elegeu os servidores públicos como alvo de várias medidas que visavam desmontar os direitos conquistados[3]. Se, no primeiro mandato, a resistência dos trabalhadores teve um caráter defensivo, o segundo mandato foi marcado pelo aprofundamento da crise econômica que reacendeu as

[3] De acordo coma Central Única dos Trabalhadores (CUT) foram suprimidos 50 direitos dos servidores públicos. Disponível em: < https://www.cut.org.br/noticias/fhc-suprimiu-50-direitos-dos-servidores-publicos-69f5#> consultado em 12 de jun. de 2021.

mobilizações. Em um cenário adverso de agravamento da crise econômica, com entrega do patrimônio público aos interesses do capital, os trabalhadores passaram ao enfrentamento coletivo com deflagração de sucessivas greves, que contaram com as maiores centrais sindicais e setores importantes, como os petroleiros, os trabalhadores das universidades federais e os previdenciários.

Em relação ao significado da vitória eleitoral de Lula do partido dos trabalhadores, concordamos com as análises de Iasi (2012) sobre o transformismo vivido pelo Partido dos Trabalhadores ao longo de sua história. De acordo com Iasi, a análise dos documentos resultantes dos Encontros e Congressos do PT evidenciam como paulatinamente o partido flexibilizou seus princípios, substituindo o discurso anticapitalista pelo antineoliberal, propondo um novo projeto de sociedade, não mais norteado pelo socialismo, mas por um novo projeto nacional de desenvolvimento, que possibilitasse disputar a hegemonia da sociedade. Paulani (2003), realiza uma análise crítica dos argumentos explicativos da virada do partido pautados pela "TINA" ou "*There is No Alternative*" e no apelo à "credibilidade". Segundo o argumento da inexistência de alternativa (TINA), só existe uma macroeconomia possível, ou seja, "o argumento reza que não há política econômica de direita, de esquerda ou de centro. Existe a política certa, tecnicamente fundamentada, neutra; e a política errada, irresponsável, utópica, ingênua, populista" (PAULANI, 2003, p.20). Segundo esse argumento, os ajustes possíveis se dão na esfera da microeconomia, enquanto o ajuste fiscal, os juros altos, câmbio flutuante e a livre movimentação de capitais são intocáveis.

Lula ainda durante o processo eleitoral se comprometeu com as "reformas" da previdência, trabalhista e tributária, e reforma agrária, e com programas prioritários de combate à fome e à insegurança pública. Mas o maior compromisso que Lula assumiu foi com a manutenção dos acordos politico econômicos e com a "calma" do mercado financeiro.

Em 2003, o governo Lula aprovou a PEC nº41 que, na prática, retirou os direitos dos trabalhadores do setor público correspondentes aos que FHC retirou do setor privado: aposentadoria integral, isonomia para ativos e aposentados; e em seu

lugar inseriu a contribuição previdenciária para os já aposentados, aumento do tempo de trabalho e idade mínima para acesso ao direito de aposentadoria.

Em 2011 o partido dos trabalhadores chegou ao seu terceiro mandado e coube ao governo Dilma sacramentar a contrarreforma da previdência dos servidores públicos com a implementação do fundo de previdência complementar, a Funpresp. De acordo com Lavinas e Gentil (2018), este será o maior fundo de pensão da América Latina. Os fundos de previdência privada favorecidos com a destinação de poupança dos trabalhadores com remuneração acima do baixo teto instituído, os torna os maiores proprietários de títulos da dívida pública, saltando de 17,7% do total de ativos, em 2007, para 24,5%, em 2016, o que significa um ganho anual de cerca de R$ 99,7 bilhões em juros da dívida pública, se for tomado como referência o ano de 2016 (Lavinas e Gentil, 2018).

Os governos petistas chegaram ao fim com o golpe jurídico parlamentar materializado no impedimento de Dilma em 2016 que levou Michel Temer a presidência e inaugurou um período de intensificação das medidas contrarreformistas que visavam reestabelecer os ganhos do capital.

Ao assumir a presidência, a primeira medida contrarreformista do governo ilegítimo de Temer foi a proposição da chamada “PEC do Fim do Mundo” (PEC 241-55/2016, de 15/12/2016), que limitou por 20 anos os gastos públicos primários e instituiu um nefasto mecanismo de controle de gastos federais, cujo aumento foi condicionado à inflação acumulada, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). .

As análises do Banco em relação aos trabalhadores do setor público nesse documento se concentram na critica ao que ele considera como generosos salários e sistema previdenciário. Cabe ressaltar que a proposta de contrarreforma da previdência de Temer, contida na PEC nº 287/16, apresentada em dezembro de 2016 (poucos meses após o documento ter sido elaborado), previa vários pontos indicados pelo documento e ainda que não tenha sido aprovada pela inviabilidade de

tramitação, suas proposições foram resgatadas e aprovadas através da PEC 06/ 2019 do governo Bolsonaro.

De acordo com o Banco, o DSP não tinha por objetivo apresentar propostas e os pontos indicados deveriam ser aprofundados em documentos posteriores. Em relação ao trabalho no setor público, dois documentos lançados posteriormente cumprem a função de aprofundar as discussões e apresentar propostas. O primeiro documento foi o “Um Ajuste Justo” encomendado pelo governo Temer e lançado em 2017. O documento retomou a centralidade na redução de investimentos públicos e apontou pelo menos 7% do PIB em potenciais economias fiscais em nível federal, até 2026, distribuídas em 1,8% do PIB na contrarreforma da previdência ; 0,9% do PIB em reduções na massa salarial dos servidores públicos; 0,2% do PIB em ganhos de eficiência em aquisições públicas; 1,3% do PIB resultantes da racionalização dos programas de assistência social e de apoio ao mercado do trabalho; 2% do PIB em reduções nos créditos subsidiados e nos gastos tributários de apoio às empresas; 0,3% do PIB por meio da eliminação de créditos tributários para a saúde; 0,5% do PIB em reformas no financiamento do ensino superior; além de 1,3% do PIB resultante de reformas para melhorar a eficiência nos setores de saúde e educação (BANCO MUNDIAL, 2017, p.14).

O documento de 2017 também dedicou parte de suas análises ao que chamou de “Peso da Folha do Funcionalismo Público” (BANCO MUNDIAL, 2017,p.39). De acordo com as análises empreendidas pelo Banco, ainda que as despesas primárias do governo federal com a massa salarial representam somente 12% esses seriam um padrão muito alta para padrões internacionais. Os altos níveis de gastos seriam impulsionados pelos altos salários dos servidores públicos, e não pelo número excessivo de servidores principalmente na esfera federal. Para o Banco havia espaço para realizar economias significativas por meio da redução dos prêmios salariais pagos aos servidores públicos federais em comparação ao setor privado e ainda para a introdução de um sistema mais meritocrático de aumentos salariais que reduziriam os custos e aumentariam a produtividade no setor público. Essas ideias foram aprofundadas em 2019 no documento “Gestão de Pessoas e

Folha de Pagamentos no Setor Público Brasileiro: o que os dados dizem". Esse documento assim como o anterior "um ajuste justo" são citados como base para a elaboração da PEC 32 que discutiremos a seguir.

3- A MÃO VISÍVEL DO BANCO MUNDIAL NA PROPOSTA DE CONTRARREFORMA ADMINISTRATIVA

No documento lançado em 2019 o Banco Mundial afirma que o Brasil vivenciava um momento propicio para realizar uma "reforma" administrativa tendo em vista a previsão de um elevado número de servidores que se tornariam aptos a se aposentar num curto espaço de tempo e o número de servidores que estavam em abono permanência. Esse cenário permitiria, na concepção do Banco, implementar mudanças que incidiriam no sistema de remuneração do serviço público federal brasileiro que promoveriam a racionalização do número de rubricas de pagamento, aproximação dos salários iniciais aos praticados pelo setor privado e aumento da transparência na definição de aumentos salariais (Banco Mundial, 2019,p.32).

O citado documento se baseou em microdados do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE) fornecidos pelo governo brasileiro. Os dados continham informações de aproximadamente um milhão de servidores civis ativos e inativos do período de 2008 a 2017 e incluíam todos os servidores públicos civis da administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo, menos os da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e do Banco Central (BACEN) (Banco Mundial, 2019, p.25).

Na fundamentação da proposta PEC32 o governo indicou que a mesma foi balizada em três grandes orientações: (a) modernizar o Estado, conferindo maior dinamicidade, racionalidade e eficiência à sua atuação; (b) aproximar o serviço público brasileiro da realidade do país; e (c) garantir condições orçamentárias e financeiras para a existência do Estado e para a prestação de serviços públicos de qualidade.

Em relação ao primeiro eixo a modernização do Estado dita como conectada com as melhores práticas se concentra na proposição de alterações no Regime

Jurídico Único estabelecido pela CF88. A PEC indica a criação de novos vínculos caracterizados como “mais bem alinhadas às necessidades atuais e futuras da Administração”.

Ao instituir vinculações variadas para os trabalhadores do setor público a PEC contribui para a desorganização dos mesmos que historicamente tem resistido a diversas medidas contra o trabalho e as politicas sociais. As novas vinculações propostas tem o mesmo sentido da (contra) Reforma Trabalhista que ampliou no setor privado relações precarizadas e a terceirização com o agravante no setor público de ampliar a ocupação de cargos por indicação o que pode abrir espaço para práticas que desrespeitam os princípios constitucionais da administração pública.

Nesse eixo a PEC propõe ainda dotar o presidente de plenos poderes para extinguir cargos de Ministro de Estado, cargos comissionados, cargos de liderança e assessoramento e funções, ocupados ou vagos; criar, fundir, transformar ou extinguir Ministérios e órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República; extinguir, transformar e fundir entidades da administração pública autárquica e fundacional; transformar cargos efetivos vagos e cargos de Ministro de Estado, comissionados e de liderança e assessoramento, funções de confiança e gratificações de caráter não permanente vagos ou ocupados, desde que não acarrete aumento de despesas e seja mantida a mesma natureza do vínculo; e alterar e reorganizar cargos públicos efetivos do Poder Executivo federal e suas atribuições. Sob o argumento de atingir uma administração ágil e moderna, a PEC propõe modificar a Constituição para que o presidente possa realizar os atos descritos através de decretos. Essa medida temerária pelo conjunto da sociedade na prática pode representar uma intensificação do desmonte dos serviços públicos como universidades, equipamentos de saúde que historicamente são alvos das medidas de redução de gastos e também abre espaço para requisições não condizentes com as atribuições éticas e técnicas das profissões.

À partir das análises desenvolvidas, o Banco apresentou três conjuntos de políticas para reduzir gastos com pessoal na administração pública federal a serem adotadas a partir de 2020. São elas: racionalização de salários iniciais, redução na

taxa de contratação de servidores e redução nos aumentos salariais não relacionados a progressões de carreira (Banco Mundial 2019, p.46).

O segundo eixo basilar da PEC parte da afirmação da necessidade de aproximação do serviço público brasileiro à realidade do país. Á partir dos dados e proposições dos documentos citados, a PEC 32 indica a suspensão de benefícios e gratificações que na prática levam a uma redução salarial. De acordo com as indicações do Banco, a reposição de trabalhadores no setor público durante o período compreendido entre 2008 e 2017 foi de 1,29 servidor para cada aposentado. Assim o Banco estima que reduzindo tal taxa a um novo contratado para cada aposentado, geraria uma economia de R$ 44,91 bilhões e taxas de crescimento de 0,82%. (Banco Mundial, 2019, p.46). Essa proposição escamoteia um ponto crucial para a população brasileira que é o quantitativo de trabalhadores necessário para prestar atendimento nos diversos serviços públicos que já é insuficiente e que será agravado ao se distanciar ainda mais do crescimento populacional.

O terceiro eixo proposto pela PEC 32 refere–se à necessidade de garantir condições orçamentárias e financeiras para a existência do Estado e para a prestação de serviços públicos de qualidade. O “ajuste fiscal” vem sendo imposto ao Brasil ao longo das últimas décadas e tem tido consequências nefastas no aumento do desemprego e na precarização da vida da população e sua intensificação após 2016 levou o país a regredir à níveis de pobreza registrados no inicio dos anos 2000. O mais nefasto aqui é a forma como os dados são apresentados a população culpabilizando os gastos com o funcionalismo e invisibilizando o mecanismo da dívida pública, esse sim um dos maiores gastos do orçamento público brasileiro.

4- CONCLUSÃO

A análise histórica da relação entre as indicações do Banco Mundial e as contrarreformas implementadas por sucessivos governos brasileiros evidência como o país tem imposto aos trabalhadores do setor público um duro processo de desmonte que atinge a população brasileira como um todo. A PEC 32 aprofunda esse processo e exige que a população brasileira se organize de maneira contraria a mais essa tentativa de subordinar o país aos interesses da acumulação capitalista.

REFERÊNCIAS

Banco Mundial, **Um ajuste Justo: Análise da Eficiência e equidade do gasto púbico no Brasil** Washington, DC, 2017

Banco Mundial, **Gestão de Pessoas e Folha de Pagamentos no Setor Público Brasileiro: o que os dados dizem**. Washington, DC, 2019

BIONDI, A., 1936-2000. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. Editora Fundação Perseu Abramo, – São Paulo, 2003 a. – (Coleção Brasil Urgente.

IASI, M. L. **As Metamorfoses da Consciência de Classe. 0 PT entre a negação e o consentimento**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

LAVINAS,LENA. GENTIL, DENISE, **Brasil anos 2000 a política social sob regência da financeirização**. Novos estud. CeBraP / São Paulo, v37n02, 191-211 mai.–ago. 2018.

PAULANI, L.; **Brasil Delivery.: Servidão Financeira e Estado de Emergência Econômico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PEREIRA, J.M.M. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro** (1944- 2008). Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2010.

PEREIRA, J.M.M. **A agenda educacional do Banco Mundial em tempos de ajuste e pandemia.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 47, e242157, 2021

TOUSSAINT, Eric**. Banco Mundial El golpe de Estado permanente. La agenda oculta del Consenso de Washington**. Madri: El Viejo Topo, 2006.

WORLD BANK, **Brazil Economic** Stabilization with Structural Reforms Washington, D.C. : World Bank Group 1991

WORLD BANK, 1995 b Brazil - **Country assistance strategy** (English). Washington, D.C. : World Bank Group.http://documents.worldbank.org/curated/en/986231468230082173/Brazil-Countryassistance- strategy

WORLD BANK. 1995. **World Development** Report 1995 : Workers in an Integrating World. New York: Oxford University Press. © World Bank. https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5978

VAROUKAKIS, YANIS. **O Minotauro global: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global** / Yanis Varoukakis; tradução Marcela Werneck; prefácio Leda Paulani.- São Paulo (SP): Autonomia Literária,2016.